

A FORMAÇÃO DO ESTADO: DA PRÉ-HISTÓRIA À CIVILIZAÇÃO DA HUMANIDADE

Amanda Mambeli Lopes¹

RESUMO

A humanidade vem passando ao longo da história, por processos de evolução e progressos no que tange a relação entre a origem e a formação do Estado e da Sociedade (ENGELS, 2012; MORGAN, 1877). Frente a isso, buscou-se com este constructo sistematizar as leituras sobre a origem e a formação do Estado, desde o período da pré-história ao período do Estado de Civilização, utilizando, sobretudo, autores como Engels (2012), Morgan (1877) e Marx e Engels (1998). O delineamento da pesquisa se deu em duas fases: inicialmente procurou-se abordar a história da sociedade antiga e seus estágios de evolução e; em seguida, a passagem para o Estado de Civilização. Conclui-se com este aparato que, os estágios de evolução do Estado e a chegada ao Estado de Civilização, marcaram um processo que coloca em questão a necessidade da emancipação do indivíduo, da não ocultação do mesmo, frente às potencialidades da acumulação de capital.

Palavras-chave: História da Sociedade. Processos de Evolução. Estado e Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

As investigações sobre a origem e a formação do Estado e da Sociedade, vêm sendo tema para importantes pesquisas no âmbito acadêmico, uma vez que, são objetos que se interligam entre si, estabelecendo um vínculo entre eles. Para Friedrich Hegel, assim como para Maquiavel, o Estado é formado pela evolução da própria história da sociedade, encontrando aí uma interface entre o Estado e a Sociedade a partir da progressão de seus fundamentos (BRANDÃO, 2001).

Brandão (2001, p.115) utiliza Hegel para explicar o que é sociedade civil e o que é Estado. Para ele, quando a substância, que, como espírito - são as famílias e os indivíduos - perde seu caráter ético, dando maior importância para os seus interesses e

¹ Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), campus Varginha-MG (2015). Graduanda no Bacharel em Administração Pública pela UNIFAL e Mestranda em Gestão Pública e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da mesma universidade. É pesquisadora nas áreas de Reforma do Estado, Organização Administrativa do Estado e História do Pensamento Econômico. E-mail: amandamambelli@hotmail.com

suas particularidades, faz com que se dê início à formação do Estado, com a sociedade civil, ou então o “Estado externo”. Dessa forma, o Estado nada mais é que o “produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento” (ENGELS, 2012, p. 213).

Nesse sentido, Dalari (1998, p. 7), afirma que o Estado pode ser observado por diferentes perspectivas, mas que, deve sempre procurar um consenso entre os seus diversos ângulos. Para ele, o objeto da doutrina do Estado se dá por três óticas, quais sejam: “a) a doutrina sociológica, que estuda a gênese do Estado e a sua evolução; b) doutrina jurídica, que se ocupa da organização e personificação do Estado e; a c) doutrina justificativa, que cuida dos fundamentos e dos fins do Estado.” Assim, neste constructo apoia-se em analisar, sobretudo, a primeira doutrina do Estado a qual trata da gênese e a sua evolução, a partir de autores da envergadura de Marx e Engels (1998) e Morgan (1877).

Marx e Engels (1998, p.40) afirmam que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. Isto é, a própria história vem marcando os antagonismos de classe e os conflitos trazidos pelos movimentos sociais, na busca da ética do Estado. Segundo os mesmos, o Estado vem mantendo uma “hipocrisia convencional”, que “culmina com a declaração de que a classe opressora explora a classe oprimida exclusiva e unicamente para o próprio benefício desta. E se, a classe oprimida não o reconhece, e até se rebela (...) revela sua mais negra ingratidão para com seus benfeitores” (ENGELS, 2012, p. 222). Portanto, isso vai ao encontro do Mito Fundador de Chauí (2001, p.6), ao dizer que “quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

Portanto, busca-se com este constructo sistematizar as leituras sobre a origem e a formação do Estado, desde o período da pré-história ao período do Estado de Civilização, utilizando, sobretudo, autores como Engels (2012), Morgan (1877) e Marx e Engels (1998). Para isso, este se estrutura em discutir a fundamentação teórica sobre a história da sociedade antiga e compreender a passagem e a evolução para o Estado de Civilização. Logo após, expõem-se as considerações finais.

2. A ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESTADO

A bibliografia exposta neste, estabelece os fundamentos epistemológicos do estudo em duas partes; primeiramente, inclui uma breve discussão sobre as principais

épocas da história da sociedade antiga, com ênfase nos escritos de Engels (2012) e Morgan (1877); em seguida, buscou-se apresentar a passagem e/ou evolução do Estado para o estágio da Civilização, utilizando, sobretudo, autores como Marx e Engels (1998).

2.1. A PRÉ-HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Segundo Engels (2012), Lewis Morgan foi o primeiro pensador que se deteve a analisar estágios sobre a evolução do Estado, considerando como ponto inicial a pré-história da humanidade. Nesse sentido, as mais recentes investigações referentes às condições primitivas da raça humana, revela uma carreira que relaciona a origem da família, do Estado e da propriedade privada.

Conforme Morgan (1877, p.49), a humanidade começou a sua trajetória no estado da selvageria, passando pela barbárie e chegando a civilização, por meio de “lentas acumulações de conhecimento experimental”. Para ele, a família humana existiu em todos esses estágios, sendo uma parte no estado da selvageria, outras partes no estado da barbárie, como também, no estado de civilização, sendo então, três estágios que se interligam entre si, apresentando uma sequência de progresso que é “tanto natural, como necessário”. Assim, esse conhecimento permite dizer que, a história da sociedade é simplesmente, progressiva e de caráter experimental (MORGAN, 1877).

Desse modo, Morgan (1877) analisa os três principais períodos: estado selvagem, barbárie e civilização, dando maior destaque aos dois primeiros, ressaltando a passagem e a evolução desses à civilização. Os dois primeiros períodos são divididos a priori, em subperíodos, chamados de período inicial, intermediário ou final e; a condição da sociedade em cada, respectivamente, é diferenciada como inferior, intermediário e superior. Importante ressaltar que, o “desenvolvimento da família realiza-se paralelamente, mas não oferece critérios tão conclusivos para a delimitação dos períodos” (ENGELS, 2012, p.37). Portanto; Morgan (1877) diz que,

Para marcar o começo desses diversos períodos, é difícil, se não impossível, encontrar testes de progresso que se revelem absolutos em sua aplicação e sem exceções em todos os continentes. Mas também não é necessário, para o propósito em mãos, que não existam exceções. Será suficiente que as principais tribos da humanidade possam ser classificadas, de acordo com o grau de seu progresso relativo, em condições que possam ser reconhecidas como distintas (MORGAN, 1877, p. 57).

Sobre o Estado Selvagem, no que diz respeito à fase inferior, Engels (2012, p.37) afirma que esse era o momento da “infância do gênero humano”. Em que, os seres

humanos moravam nos “bosques tropicais ou subtropicais e viviam, pelo menos parcialmente, nas árvores”; sendo essa a explicação, por esses seres continuar a viver, “em meio às grandes feras selvagens” (ENGELS, 2012, p. 37). Nesse período, a humanidade permanecia então, em seu habitat natural, onde os frutos, as nozes e as raízes o serviam de alimento para sua subsistência; o começo da linguagem articulada foi o principal progresso desse período. Nessa fase primitiva de evolução, não houve evidências que demonstravam a existência de tribos nessa condição, porém, desde o momento que se admite que o indivíduo preceda do reino animal, nos resta a aceitar tal estado em transição (ENGELS, 2012; MORGAN, 1877).

A fase intermediária da selvageria deu-se então, com o incremento de novos alimentos na dieta de subsistência da humanidade. A inserção de alimentos como o peixe, moluscos e crustáceos, representou um grande progresso para esses indivíduos, uma vez que para seu preparo contou com a descoberta e o uso do fogo, como também instrumentos para caça desses alimentos, incluindo aí, simples instrumentos sem polimento, notadamente da época primitiva da Idade da Pedra, chamados por paleolíticos, em que pertencia a todos e/ou maioria dos mesmos (MORGAN, 1877; ENGELS, 2012). Nessa fase, os homens descobriram um novo modo de subsistência, o que o permitiu ser independentes do clima e da localidade, seguindo o curso dos rios e as costas dos mares, podendo ainda, se dispersar diante a maior parte da superfície da terra (ENGELS, 2012). Diante o mesmo autor, esse período do estado selvagem ainda se encontra na contemporaneidade, que são o caso dos australianos e os polinésios.

Em seguida, a fase superior do estado de selvageria, teve início com a invenção do arco e flecha, uma vez que, a caça de alimentos vinha a se tornar uma atividade normal e costumeira entre os homens. O arco e a flecha já se faziam instrumentos de maior complexidade, em que a sua invenção demonstra certa experiência acumulada e capacidade mental desenvolvida, o que permite pressupor indícios de residência fixa em aldeias, bem como a facilidade dos seres humanos na produção de meios de sua subsistência. Havia nesse período existências de tribos indígenas, como os índios do Noroeste da América, que utilizavam o arco e a flecha como instrumentos para sua subsistência. Sem dúvida, o arco, a seta e a corda foram para a época do Estado Selvagem primordiais, assim como a espada de ferro foi para o Estado da Barbárie e o uso da arma de fogo para o Estado de Civilização (ENGELS, 2012).

Sobre o Estado da Barbárie, a fase inferior se inicia com a inserção da manufatura de objetos da cerâmica, principalmente com a prática de cobrir com argila os cestos feitos

de madeira, com o intuito de torná-los resistentes ao fogo. Assim, em diante, descobriram que moldar a argila dava o mesmo resultado sem precisar do cesto anterior, representando um novo progresso nesse período (ENGELS, 2012). Cabe salientar que, até aqui o fenômeno da evolução da humanidade havia sido absolutamente para todos os povos, sem haver alguma distinção territorial. Porém, com o Estado da Barbárie, se mostra um momento em que se começa a fazer sentir a distinção das condições da sociedade entre os dois grandes continentes do mundo. A característica principal nesse período de transição é a domesticação e a criação de animais, como também o cultivo de plantas. Pois então; o continente oriental havia quase todos animais domesticáveis e todos os cereais próprios para cultivo, porém o continente ocidental, não tinha. Havia apenas a lhama e mesmo assim, era apenas no sul do continente apenas um cereal cultivável, que era o milho. Dessa forma, em decorrências dessas distinções, a população de cada continente se desenvolve de maneira singular e única (ENGELS, 2012; MORGAN, 1877).

A partir disso, a fase intermediária do Estado da Barbárie, tem seu início no continente oriental, com a domesticação de animais; e no continente ocidental, o seu início foi com a agricultura de irrigação, com o cultivo de hortaliças, e com o uso de tijolos de adobe (secado ao sol), e a utilização de pedras para construções (ENGELS, 2012; MORGAN, 1877). Importante ressaltar, que nesse momento da sociedade antiga de maneira lenta e gradual, foi desaparecendo a antropofagia, continuando apenas para ritos religiosos, “ou como um ato mágico” (ENGELS, 2012, p. 42).

Em sequência, a fase superior do Estado da Barbárie, em que se inicia com a fundição do minério de ferro e marca a passagem à civilização com a invenção da escrita alfabética, principalmente o seu uso para as composições literárias. O poema homérico, principalmente na *Iliada*, se faz a “época mais florescente da fase superior da Barbárie”. Assim, essa fase foi marcada principalmente no continente oriental, devido o seu maior grau de evolução aos meios de produção. Foi nesse momento da história, que pela primeira vez se encontra a invenção do arado de ferro, principalmente no continente ocidental, marcado pela agricultura de irrigação. Como os animais puxavam o arado de ferro, se tornava possível um aumento significativo dos meios de subsistência e; indo ao encontro disso, também era observada a derrubada de bosques e terras cultiváveis, o que só era possível acontecer em grande escala com o uso da pá e o machado de ferro. A consequência disso foi um aumento da população em pequenas áreas dos continentes. Assim, o uso desses instrumentos (machado de ferro, a pá, forja, moinho a mão,

preparação do azeite e vinho, da roda de olaria, na fabricação de metais para o uso da arte, carretas e carros de guerra, da construção de barcos com pranchas e vigas, das cidades com muros, das epopeias homéricas e de toda a mitologia) também foi essencial para o desenvolvimento da humanidade até os primórdios da civilização (ENGELS, 2012; MORGAN, 1877).

E por fim, o Estado de Civilização, que segundo Morgan (1877, p. 60), se deu início a partir do uso do alfabeto fonético e a produção de registros literários, sendo subdividido em dois momentos “Antigo e Moderno”. Pode-se complementar que esse período, ilustra a busca de aperfeiçoamento do homem para com os meios de subsistência, há o incremento da indústria e da arte. O quadro 1 a seguir, sintetiza as principais ideias trazidas por esses dois autores aqui referidos, para melhor compreensão da passagem desses estágios da sociedade antiga.

Quadro 1. Síntese das principais épocas da sociedade antiga.

Períodos	Subperíodos	Condições da Sociedade	Síntese	Observações
<i>Estado Selvagem</i>	Período Inicial	Fase Inferior	i) Momento da Infância do gênero humano. ii) Começo da linguagem articulada	Apropriação de produtos da natureza e os instrumentos utilizados eram para facilitar tal apropriação.
	Período Intermediário	Fase média	i) Incremento de alimentos na dieta de subsistência da humanidade, como peixes e crustáceos. ii) Descoberta e o uso do fogo. iii) Instrumentos paleolíticos para a caça de alimentos.	
	Período Final	Fase superior	i) Invenção do arco e flecha.	
<i>Estado da Barbárie</i>	Período Inicial	Fase Inferior	i) Inserção da manufatura de objetos da cerâmica. ii) distinção das condições da sociedade entre os dois grandes continentes do mundo, oriental e ocidental.	Aparecimento da criação do gado e a agricultura. Há a preocupação em incrementar a produção por meio do trabalho da população.
	Período Intermediário	Fase média	i) Continente Oriental: a domesticação de animais. ii) Continente Ocidental: a agricultura de irrigação, uso de tijolos de adobe e uso de pedras para construções.	
	Período Final	Fase superior	i) fundição do minério de ferro, com uso de ferramentas de ferro, como o arado de ferro.	
<i>Estado de civilização</i>				O humano continua aprendendo a elaborar produtos naturais. Período marcado pela indústria e arte.

Fonte: Elaboração própria².

² Baseado nos escritos de Lewis Morgan e Frederick Engels.

Observa-se que cada um desses períodos demonstra uma condição peculiar de cada Estado, bem como o caráter progressivo de cada fase. Essas distinções são positivas por destacar períodos étnicos, os quais facilitam a investigação de tribos e famílias orientadas nessas principais épocas, sendo possível tornar o conteúdo tanto padrão, quanto ilustrativo. Portanto, ao pesquisar esses estágios de desenvolvimento da sociedade em diversos períodos étnicos, nos mostra que estamos se referindo a nossa própria história antiga e com as antigas condições de nossos ancestrais primitivos, além de, ajudar a contribuir para a literatura sobre a origem da formação do Estado (MORGAN, 1877). A partir disso, se faz necessário dar prosseguimento a esse processo de evolução, destacando a chegada ao Estado de Civilização, que conforme Engels (2012) é a última espécie jurídica em que se apoia a propriedade capitalista.

2.2. O estado de civilização

A relação existente entre Estado e Sociedade, foi por muito tempo, o alvo de grandes pensadores e filósofos preocupados em propor conceituações e interpretações que carregam a origem da sociedade civil e a origem da formação do Estado (LAVALLE, 1999). A história transcorre entre os autores da importância de Thomas Hobbes, John Locke, Friedrich Hegel, Montesquieu, Jean Jacques Rousseau e Karl Marx, os quais estabelecem essa interface por meio da análise da dinâmica existente entre os interesses da sociedade e a possibilidade de estado para a intermediação da harmonia e conflitos da humanidade.

Nessa dinâmica, à medida que a sociedade atingia maior grau de desenvolvimento foi se então aprofundando a necessidade da constituição de um Estado. Isso vai ao encontro de Friedrich Hegel, o qual complementa os escritos de Maquiavel, ao dizer que, o Estado é uma realidade histórica, completamente mundana, produzido unicamente pela ação humana (BRANDÃO, 2001). Ao afirmar que a partir do grau de desenvolvimento da sociedade se tem a constituição do Estado de Civilização, desmembra as possibilidades das teorias naturalistas, como aquela abordada por Thomas Hobbes, da origem do Estado de Natureza (BRANDÃO, 2001).

Portanto, complementa Engels (2012, p.213) que;

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela

própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012, p. 213).

Devido a esses conflitos existentes é que Marx e Engels (1998, p.40) afirmam que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. Segundo os mesmos, nas principais épocas da pré-história da humanidade a caminho da civilização, verifica-se quase, inteiramente, uma estruturação da sociedade baseada em distintas classes, que demonstrava uma hierarquia de posições sociais. Tanto verdade que, no exemplo da Roma Antiga, existiam os “patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos”; e, na Idade Média havia os “senhores, vassalos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos”; sendo que, cada uma dessas classes sociais, existia outras “gradações particulares” (MARX e ENGELS, 1998, p. 40).

Engels (2012, p.215) explica que, como o Estado nasceu devido à necessidade de conter os antagonismos das classes sociais, remediar os conflitos de classes, é, portanto, por regra, “o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”. Esse Estado liderado pelas elites no poder, enfatiza um Estado onde há os opressores e os oprimidos nas tomadas de decisões (CARVALHO, 2008).

Diante o mesmo autor, a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da ex-colônia e a construção de um Estado civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava, mormente, pela homogeneidade ideológica e de treinamento, era essa homogeneidade ideológica e de treinamento que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e capacidade de implementar determinado modelo de dominação política (CARVALHO, 2008).

Diante o mesmo autor, a elite foi formada por designo político e foi em parte fruto da própria estrutura estatal por ela criada. Indo ao encontro da análise de Marx e Engels (1998), ao dizer que o Estado partiu de uma sociedade organizada, em que pequenos grupos tomam o poder, dando origem as demasiadas lutas de classes. Portanto, a partir do momento em que a sociedade foi dividida em classes sociais, é que o Estado se tornou uma necessidade.

Dessa forma, infere-se aqui, que o Estado de Civilização é o “estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca de indivíduos dela resultante e a produção mercantil, atingem seu desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade anterior” (ENGELS, 2012, p. 218). Cabe salientar que, como vimos no tópico anterior, em todos os estágios de desenvolvimento da sociedade, a produção era fundamentalmente coletiva e o seu consumo se dava sob um regime de distribuição direta dos produtos nas grandes ou pequenas coletividades. Apenas no estágio da Civilização, o indivíduo muda a forma de produzir, introduzindo de maneira lenta e gradual, a divisão do trabalho, em que o próprio indivíduo não é reconhecedor de todas as etapas de seu trabalho. Nasce a partir daí o trabalho alienante, típico do estágio de desenvolvimento do Estado de Civilização (ENGELS, 2012).

Engels (2012, p.220), complementa sua análise dizendo que não demorou em se instituir a verdade de que, o próprio ser humano poderia vir a servir de mercadoria, ou seja, a sua própria força de trabalho poderia chegar a ser objeto de troca e consumo para os detentores de poder. “Mal os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios” (ENGELS, 2012, p. 220). Contudo, a civilização foi marcada em três estágios de exploração: a escravidão na antiguidade; a servidão na Idade Média e; o trabalho assalariado nos tempos modernos (MARX e ENGELS, 1998).

O Estado de Civilização foi marcado principalmente, pela ambição entre a humanidade. O objetivo principal que se instituiu desde aí, é a acumulação de riqueza, mas não a riqueza da e para sociedade, mas sim, a riqueza para o próprio indivíduo. O momento que se instituiu esse estágio de desenvolvimento deu-se início da exploração de uma classe sobre a outra, marcando os maiores índices de riqueza para poucos e de pobreza para a maioria da população (ENGELS, 2012). Portanto, quanto mais o Estado de Civilização progride, “mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os” os poderes das classes dominantes (ENGELS, 2012, p.222).

Em síntese, se produz nesse momento a “hipocrisia convencional” trazida por Engels (2012, p.222); que é aquela desconhecida pelas primeiras formas de sociedade, como vimos no tópico anterior, que aparece com a declaração de que a classe opressora explora a classe oprimida para um único objetivo, o seu próprio e único benefício. Caso a classe oprimida queira se manifestar contra a classe opressora, cria-se aí quase um insulto e a mais “negra ingratidão” para com seus benfeitores. Carvalho (2008), diz que, a classe oprimida é quase forçada a pedir desculpar ao falar das elites. Revela-se aí, a

maior das hipocrisias da evolução da formação do Estado, em que o papel do indivíduo é praticamente “ocultado” para dar espaço a única vontade de exploração de riqueza. Por isso, Morgan (1877, p.552) diz que no Estado de Civilização, “a única meta tem sido a propriedade da riqueza”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou investigar a formação do Estado desde a pré-história da humanidade à passagem ao Estado de Civilização, utilizando os autores mais clássicos sobre o tema, como Engels (2012), Morgan (1877) e Marx e Engels (1998). A questão que orientou essa pesquisa foi tentar compreender a evolução da sociedade e sua importância para a origem e formação do Estado, sobre perspectiva histórica, de forma a compreender a sua interface entre o Estado e a Sociedade.

A partir do exame da bibliografia percebe-se que, a sociedade passou por estágios de evolução, como o Estado Selvagem, o Estado da Barbárie e por último, a chegada ao Estado de Civilização. Nesses estágios demonstra a evolução da sociedade, a partir de invenções e descobertas que marcaram essas épocas, permitindo elaborar lapso temporal, sobre cada fase de desenvolvimento.

A chegada à Civilização demonstra um grau de evolução superior às demais fases abordadas nesse constructo, marcada pelos antagonismos sociais, pela divisão do trabalho, a existências de classes e; principalmente a distinção de dois grupos: os opressores e oprimidos. Observa-se aqui, um momento marcado pela “hipocrisia convencional” e da “ocultação do indivíduo”, em que o objetivo estabelecido nesse Estado, se torna a exclusiva acumulação de riquezas para a classe dominante (MARX e ENGELS, 1998).

O aprofundamento do estudo se faz necessário, justamente para melhor compreensão da origem do Estado, bem como para o estudo dessa relação entre os antagonismos das classes sociais, os quais refletem diretamente no Estado atual. Devido a isso, sugere-se aqui, novos estudos que aprofundem essa temática, para auxiliar no entendimento dessa relação entre as interfaces entre Estado e Sociedade.

THE FORMATION OF THE STATE: FROM PREHISTORY TO THE CIVILIZATION OF HUMANITY

ABSTRACT

Humanity has been passing through history, through processes of evolution and progress in the relation between the origin and the formation of the State and Society (ENGELS, 2012; MORGAN, 1877). In view of this, we sought to systematize the readings on the origin and formation of the State, from the period of prehistory to the period of the State of Civilization, using, above all, authors such as Engels (2012), Morgan (1877) And Marx and Engels (1998). The research was designed in two phases: initially it was tried to approach the history of the old society and its stages of evolution and; Then the passage to the State of Civilization. It is concluded with this apparatus that the stages of evolution of the State and the arrival in the State of Civilization marked a process that calls into question the necessity of the emancipation of the individual, of the non-concealment of the same, against the potentialities of capital accumulation.

Keywords: History of Society. Evolution Processes. State and Society.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Hegel: o Estado como realização histórica da liberdade*. In: WEFFORT, F. (org.). *Clássicos da Política*. Vol. 2. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 19, p. 23-36, 2001.

DALARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo de sociedade civil. n. 47. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*. 1999.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga, ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. *Evolucionismo Cultural*, 1877.